



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

CONTRATO Nº XX/2011 – SR/DPF/MS

TERMO DE CONTRATO QUE
ENTRE SI CONTRAEM A UNIÃO
FEDERAL, REPRESENTADA
PELO DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA FEDERAL EM MATO
GROSSO DO SUL, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA
FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO**, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, através da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL**, situada na Rua Fernando Luís Fernandes, 322, Vila Sobrinho, com inscrição no CGC/MF 00.394.494/0084-63, doravante designada **CONTRATANTE** e representada pelo **SUPERINTENDENTE REGIONAL**, Sr. **EDGAR PAULO MARCON**, Delegado de Polícia Federal, residente nesta capital, RG 8019.680.811 SSP/RS, CPF 433.571.640-00, residente nesta Capital e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estabelecida à Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Vila **YYY**, Campo Grande, MS, neste ato designada simplesmente **CONTRATADA**, e representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portadora do RG nº **xxxx** SSP/MS e do CPF **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, resolvem celebrar o presente Contrato, de acordo com o processo nº 08335.018789/2011-46, **Pregão Eletrônico nº 17/2011 SR/DPF/MS**, pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 24, inciso IV, demais legislações pertinentes e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto – Serviço de modernização dos elevadores do edifício sede da SR/DPF/MS, localizada à Rua Fernando Luiz Fernandes, 322. Vila Sobrinho, em Campo Grande/MS, conforme Anexo I –Termo de Referência –do edital de **Pregão Eletrônico nº 17/2011 SR/DPF/MS**

CLÁUSULA SEGUNDA – Da execução dos serviços

2.1 – A presente contratação objetiva a execução de serviços de modernização dos dois elevadores de marca OTIS(E4843 e E4844) do edifício sede da SRIDPF/MS, com as seguintes características:

• **UNIDADE E4843**

Velocidade nominal de 0,75 m/s
Tensão da casa de máquinas: 380 V
Tensão da iluminação: 220 V
Número de passageiros: 12
Capacidade: 840 kg
Número de paradas: 3
Pavimentos: T-1-2.

• **UNIDADE E4844**

Velocidade nominal de 0,75 m/s
Tensão da casa de máquinas: 380 V
Tensão da iluminação: 220 V



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

Número de passageiros: 7

Capacidade: 490 kg

Número de paradas: 4

Pavimentos: S-T-1-2.

2.2. - Serviços a serem executados:

2.2.1. Painel de Operação, embelezamento e adequação das cabines

- Revestimento em aço inoxidável em tamanho integral, com sub teto, rodapé e piso em granito (conforme padrão da SR) e batentes de porta (NBR 13997), com iluminação de emergência interna com nível de iluminação mínima de 2 lux por 2 horas ininterruptamente.
- Botões NEL com insertos em Braille, construídos em aço inoxidável polido, com anel translúcido que se autoilumina quando acionado.
- Placa face em aço inoxidável com acabamento escovado.
- Indicador de posição e direção de cabina de 16 segmentos na cabina, com indicação de posição do elevador durante o percurso.
- Sintetizador de voz (entre 35dbA e 55 dbA, NBR 13997).
- Intercomunicador de 3 pontos de fácil acesso (ABNT 13994 item 5.8.3), sendo um ponto na cabine, o segundo no plantão da Superintendência e o terceiro na casa de máquinas no subsolo da Superintendência.
- Etiquetas de advertência e informação confeccionadas em adesivo plástico brilhante e de fácil aplicação.
- Corrimão redondo parametrizado, espelho de cabine, sistema de resgate com baterias próprias permanentemente carregadas.

2.2.2. Botoeiras de andar

- Placa face fabricada em aço inoxidável com Botões NEL com inserto Braille, construídos em aço inoxidável polido, com anel translúcido que se autoilumina quando acionado.
- Botoeira com Indicador de posição digital incorporado à botoeira.

2.2.3. - Operador de Portas

- Operador de portas em frequência variável que permita a abertura e fechamento das portas de forma rápida, silenciosa e segura, empregando um sistema de malha fechada com tecnologia VVVF, modelo D02000 MOD - OTIS ou similar.

2.2.4. Detector de Portas

- Proteção de porta em barreira infravermelha com 56 feixes (nas alturas de 50mm até 1200 mm acima do nível do piso da cabine) com sistema de proteção secundário que proteja o usuário na passagem do corredor (KIT Lambda 11 - OTIS ou similar).

2.2.5. Quadro de comando e controle

- Substituição do atual quadro de comando e controle por sistema de controle de alta performance utilizando a tecnologia de controle de Variação de Tensão e



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

Frequência, VVVF, com integração e controle automático de todos os elementos de operação, com controle por microprocessadores e circuitos de estado sólido.

- Deverá dispor de sistema de reconhecimento de chamadas falsas a fim de acelerar o atendimento de chamadas e aumentando efetivamente a capacidade de transporte durante seu funcionamento.
- Deverá ser substituída a fiação atual por nova fiação adequada ao novo sistema.
- -Deverá dispor de proteção contra inversão de fases, relé térmico, ajuste automático de tempos de operação de portas, sistema de proteção contra sobrecarga no motor do operador de portas, sistema de retorno automático, estacionamento em múltiplas zonas e despacho por sistema relativo de resposta (sistema RSR Plus - OTIS ou similar).

2.2.6. Substituição dos motores.

- Substituição por motores trifásicos, assíncronos, 10 CV, 20 A, 4 pólos, 1800 rpm, 60 Hz, 380 V, trifásicos. Os motores com alta capacidade, equipados com interruptores de segurança e quadro de comando e proteção e cabeamento de alimentação, com duplo sistema de bobinas de freio, com rolamentos de baixa fricção.

2.2.7. Outros serviços.

- Iluminação do fundo do poço com botão de emergência
- Caixa de inspeção no topo da cabina
- Pintura da casa de máquinas

CLÁUSULA TERCEIRA - Da alteração Contratual -

3.1 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços, até o 25% (vinte e cinco, por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

3.2 - Poderão exceder os limites estabelecidos no item anterior as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Preços

4.1 - A contratante pagará à contratada o valor constante da proposta final do pregão 17/2011 SR/DPF/MS;

CLÁUSULA QUINTA - Do Pagamento

5.1. A SR/DPF/MS pagará à CONTRATADA os valores devidos pela prestação de serviços, até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir da apresentação da Nota Fiscal e da comprovação e atestação pelo servidor encarregado do recebimento dos serviços, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, publicada no Diário Oficial da União de 29/12/2004 - Seção 1.

5.2. A adjudicatária deverá emitir a Nota Fiscal de acordo com o estabelecido na Nota de Empenho.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

5.3. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo para isto ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital/Nota de Empenho.

5.4. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

5.5. Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal será motivo de correção por parte da CONTRATANTE e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

5.6. Quando do pagamento a ser efetuado, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida da União, FGTS e INSS). Tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE", via terminal SIASG/SICAF, sendo suspenso o pagamento caso esteja irregular no referido sistema.

CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência - O contrato terá vigência por 180(cento e oitenta) dias, a partir da sua assinatura, tendo sua eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Valor do Contrato e da Dotação Orçamentária - O valor do presente Contrato é estimado em R\$ 199.622,93 (cento e noventa e nove mil seiscentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos). As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício 2011, Gestão/Unidade 200355/0001, Plano Interno 385F-11, Elemento de Despesa 449051.

CLÁUSULA OITAVA - Das Obrigações da Contratada – A CONTRATADA obriga-se, ainda a:

9.1 - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

9.2 - Executar dos serviços na prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de assinatura deste instrumento contratual.

9.3 - Comprovar capacidade técnica atestada, devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, para a execução do objeto possuindo em seu quadro profissionais das áreas de Engenharia Mecânica;

9.4 - Apresentar Certidão de Registro ou inscrição no CREA;

9.5 - Efetuar Anotação de Responsabilidade Técnica - A.R.T. junto ao CREA, após a assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços;

9.6 - Realizar minuciosa vistoria no local onde será executado o serviço, a fim de que se tenha total conhecimento das condições técnicas e ambientais.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

9.7 - Efetuar os serviços referentes ao objeto especificado no Termo de Referência;

9.8 -O contratado deverá se responsabilizar por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Departamento de Polícia Federal, bem como a terceiros, em decorrência da execução dos serviços.

9.9 - Após a conclusão encaminhar as sucatas e equipamentos retirados ao SELOG/SR/DPF/MS

CLÁUSULA NONA - Das Obrigações do Contratante - O CONTRATANTE se obriga a:

9.1 - Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços e permitir o acesso ao local da execução e a outras instalações afins, quando necessário.

9.2 – Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

9.3 – Designar um servidor como fiscal do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar as faturas, conforme previsto no art. 67 da Lei 8.666/93.

9.4 – Efetuar os pagamentos à Contratada ;

9.5 – Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais

CLÁUSULA DÉCIMA - Das Penalidades

10.1. – A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada a penalidades, podendo a Administração, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

10.1.1.- Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Adjudicatária, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

10.1.2. - Multa de:

10.1.2.1. – 0,2 % (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

10.1.2.2. – 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

10.1.2.3. – Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

10.1.2.4. – No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

10.1.2.5. – No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

10.2. - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pelo Departamento de Polícia Federal ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

10.3. – As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa Adjudicatária, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pelo Departamento de Polícia Federal;

10.4. – Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art 4º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa;

10.5. - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

10.6. – A multa aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Departamento de Polícia Federal.

10.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso ao Superintendente Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, no que couber, previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Rescisão

11.1 - Caberá rescisão de Contrato, na ocorrência de quaisquer dos motivos relacionados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - A rescisão do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos caso enumerados nos inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

b) -amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; e

c) -judicial, nos termos da legislação.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

11.3 - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

a) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

b) Pagamento de custo de desmobilização;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Recebimento do Serviço - O recebimento do serviço somente se efetivará após ter sido examinado e julgado em perfeitas condições **pelo(s) fiscal(is) do contrato**, servidor(es) designado(s) em documento próprio, nos termos do inciso I, do art. 73, da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA –Da fiscalização dos Serviços - Os serviços ora contratados serão acompanhados, fiscalizados e atestados pelo fiscal do contrato, servidor designado em documento próprio, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando, inclusive, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o art. 67, da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – Dos Encargos Moratórios

14.1 - Como critério de Encargos Moratórios dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, a SR/DPF/MS define como índice de atualização o Índice de Preço ao Consumidor Amplo- (IPCA), pró-rata temporis, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX/100) / 365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

14.2 – Na hipótese de pagamentos de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Equilíbrio Econômico Financeiro

15.1 – A contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

15.2 – A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – a comprovação será feita por meio de documentos alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

II – junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado.

III – a Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

15.3 – Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

15.4 – As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Da Publicação - A publicação resumida do instrumento contratual será providenciada pela Contratante até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – A contratada deverá apresentar garantia, nos termos do subitem 14.10 do edital de convocação, e conforme preconiza a lei 8.666/93, integralizando-a no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste contrato, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA OITAVA – Da Legislação e Foro - Para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsias ou casos omissos resultantes do presente Contrato, fica eleito o foro da Justiça Federal em Campo Grande/MS, com renúncia expressa de qualquer outro.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes contratantes.

Campo Grande - MS, xx de xxxxz de 2012

CONTRATANTE:

EDGAR PAULO MARCON
Superintendente Regional



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXX
YYYYYYYYYYYYYYYYYYY LTDA

TESTEMUNHAS: a).....
CPF:

b).....
CPF: